

Administração Pública em Contextos de Crise Internacional: Segurança, Direitos e Resposta Institucional | 7 horas

ENQUADRAMENTO:

Num contexto internacional marcado por crescente instabilidade geopolítica, conflitos armados, crises humanitárias e aumento de fluxos migratórios, os Estados e, em particular, a Administração Pública, enfrentam desafios acrescidos na gestão de respostas eficazes, legalmente enquadradas e respeitadoras dos direitos fundamentais.

Ao nível local e nacional, os serviços públicos são frequentemente confrontados com situações de elevada complexidade: necessidade de respostas rápidas a situações de vulnerabilidade, articulação entre múltiplas entidades e tomada de decisão sob pressão e incerteza. Nestes contextos, emergem tensões entre segurança, controlo e proteção de direitos, exigindo dos profissionais não só conhecimento do enquadramento legal aplicável, mas também capacidade crítica e competências práticas para atuar de forma adequada.

A presente formação visa, assim, dotar os trabalhadores da Administração Pública de ferramentas que lhes permitam compreender, analisar e intervir em contextos de crise internacional, assegurando uma atuação informada, ética e alinhada com os princípios do Estado de Direito.

OBJETIVOS:

- Identificar os principais desafios colocados pelas crises internacionais à Administração Pública;
- Compreender os limites legais à atuação do Estado em contextos de emergência;
- Conhecer os mecanismos de proteção internacional e os desafios da sua implementação;
- Reconhecer diferentes formas de vulnerabilidade e necessidades específicas de grupos em risco, com especial enfoque em contextos de mobilidade e proteção internacional;
- Analisar dilemas éticos e institucionais em contextos de crise;
- Aplicar princípios de decisão informada e juridicamente sustentada

DESTINATÁRIOS:

Administração Pública (central e local); IPSS, ONG e Associações de Imigrantes; Equipas de recursos humanos e gabinetes jurídicos; Professores, mediadores interculturais e técnicos de integração; Advogados, consultores e profissionais liberais da área social ou jurídica.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:

1. Crises Internacionais e Impacto na Administração Pública

- Tendências atuais de instabilidade internacional;
- Tipologias de crise (conflitos armados, crises humanitárias, fluxos migratórios);
- Impacto nos serviços públicos e na governação;
- Pressão sobre sistemas de acolhimento e proteção.

2. Estados de Emergência e Limites à Atuação do Estado

- Estados de exceção: conceito e enquadramento legal;
- Direitos fundamentais: restrições e limites;
- Direitos inderrogáveis;
- Enquadramento europeu e internacional;
- Riscos de securitização das políticas públicas.

3. Grupos Vulneráveis em Contexto de Crise: Proteção, Direitos e Intervenção

- Conceito de vulnerabilidade em políticas públicas;
- Principais grupos vulneráveis: crianças, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, migrantes e minorias;
- Enquadramento legal e princípios de proteção;
- Riscos de exclusão, discriminação e invisibilização;
- Tensões entre segurança e direitos;
- Boas práticas de intervenção e articulação institucional.

4. Migrações Forçadas e Proteção Internacional

- Diferença entre migrante, requerente de asilo e refugiado;

- Sistema Europeu Comum de Asilo;
- Mecanismos de proteção temporária;
- Pressão sobre sistemas nacionais;
- Desafios de implementação ao nível local.

5. Decisão Pública em Contexto de Crise: Dilemas e Práticas

- Dilemas éticos e institucionais;
- Tomada de decisão sob pressão;
- Responsabilidade dos técnicos;
- Articulação interinstitucional;
- Oficina prática: análise de casos e simulação de cenários reais.

AVALIAÇÃO:

A avaliação será contínua e baseada na participação ativa dos formandos, bem como na realização de um exercício prático de validação no final da formação. O objetivo é garantir que os participantes compreendam e saibam aplicar corretamente os conceitos adquiridos.

CERTIFICAÇÃO:

Os participantes que participem em pelo menos 90% da duração da ação de formação e obtenham aproveitamento receberão um Certificado de Formação emitido através do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa – SIGO.

LOCAL: Formação a distância (*live training*)

VALOR DA INSCRIÇÃO: 210€ (isento da IVA) p/participante

CONDIÇÕES DE ACESSO:

O(A) candidato(a) deverá ler e aceitar as Condições de Participação constantes no Formulário de Inscrição; e deverá facultar os dados e documentos que permitam comprovar a sua identificação para registo e emissão do respetivo Certificado de Formação através plataforma SIGO

A inscrição será considerada definitiva após confirmação por parte do CONPRO.